



DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA , PAZ E INTEGRIDADE DA CRIAÇÃO

SECRETARIADO (USG/UISG)

Via Aurelia 476,
CP 9099 Aurelio, 00165 Roma, Italy.
Tel/Fax: (39).06.6622929 (direct)
Email: jpicusguisg@lasalle.org
Web: www.jpicformation.wikispaces.com

Justiça e Paz: “Sal da terra...Luz do mundo” - Desafios do Sinodo Africano para as comunidades religiosas em Africa por P.Agbonkhanmeghe E. Orabator, SJ,Quénia

A segunda Assembleia do Sinodo dos Bispos para a Africa anuncia um tema, que toca o coração da situação sócio-política, cultural, religiosa e económica do Continente: reconciliação, justiça e paz. O enfoque do Sinodo representa um “kairos” para a Igreja e para o Continente (Cf. Instrum. Laboris, nr. 146). Para onde quer que olhemos, a Africa anseia por reconciliação, justiça e paz - desde a Rep. Democrática do Congo até à Somália, desde a região de Darfur no Sudão, devastada pela guerra, à região do Delta do Niger rica em combustíveis. O grito por reconciliação ecoa em comunidades divididas; a procura da justiça ergue-se do coração de milhões de pessoas refugiadas e deslocadas internamente (IDPs) e o desejo da paz corre nas lágrimas dos milhões de vítimas da guerra e dos conflitos em Africa. Estes gritos colectivos e ecos do continente são a moldura em que se enquadra o tema do Sinodo.

A questão pode pôr-se: em que sentido o tema do Sinodo afecta as comunidades e Institutos de vida consagrada em Africa? Para responder a tal questão precisamos de estar conscientes de um velho preconceito que afirma estar a vida religiosa à margem da vida real em Africa. A vida religiosa não só isola os seus membros, ela própria protege-os do calor devastante da injustiça e das duras realidades nascidas da divisão e da luta. Isto é somente um preconceito. Na realidade, a vida religiosa coloca as pessoas consagradas no coração da acção de Deus no mundo. Exactamente como a Igreja, as alegrias e esperanças, a dor e as angústias de milhões de Africanos são também as das pessoas consagradas (G. et Spes, nr. 1). Vista desta perspectiva, o segundo Sinodo Africano representa mais um convite aos religiosos e às suas

comunidades para se envolverem mais intensamente no projecto de Deus de recriar a terra e construir um Continente Africano reconciliado, justo e pacífico.

Esta breve reflexão destinada aos Institutos Religiosos em Africa pressupõe 3 princípios básicos. Primeiro, a tarefa da reconciliação, da justiça e da paz são elementos constitutivos da vida, ensino e ministério de Jesus Cristo (Lc. 4,14-21). Logo, a responsabilidade dos religiosos em Africa - e consequentemente de todos os cristãos - de participar na missão anunciada pelo Sinodo para a Africa, nasce do convite para seguir os passos de Jesus (I.L. nr. 40). Segundo princípio: é importante analisar a vida religiosa no contexto da comunidade chamada Igreja. As comunidades religiosas em Africa como em toda a parte não formam uma Igreja separada. Como afirma claramente *Lumen Gentium*, os religiosos são parte integral do Povo de Deus. Consequentemente, pode-se esperar que tudo aquilo que põe um desafio à acção pastoral da Igreja em Africa encontrará profundas ressonâncias dentro das comunidades religiosas. Um terceiro princípio é o princípio da sacramentalidade: a missão da reconciliação, justiça e paz é antes de mais um estilo de vida e não uma ideologia para se impor às pessoas. A Igreja e as comunidades religiosas em Africa devem viver estas virtudes como uma exigência para poder depois anunciá-las.

Este breve artigo ocupa-se de uma questão muito simples: considerando o tema do Segundo Sinodo Africano, quais são os desafios colocados aos membros de Institutos Religiosos para a sua vida e missão em Africa?

Como foi indicado acima, a reconciliação é uma virtude vivida. Abundam os exemplos de como a Africa foi destroçada pelo tribalismo e conflitos étnicos. Este processo destrói não só a vida de milhões de africanos, mas retarda o desenvolvimento sócio-económico e político do Continente. Neste contexto, o testemunho requerido dos religiosos é contribuir para uma comunidade reconciliada em todo o Continente. Como a Igreja, os Institutos Religiosos "devem tornar-se mais e mais uma comunidade reconciliada, um lugar onde a reconciliação é proclamada a todas as pessoas de boa vontade"(Ibid. Prefácio). Para tomarmos só um exemplo: durante a violência que se seguiu às eleições no Quénia no início de 2008, o véu de tranquilidade que cobria a vida religiosa desfez-se em pedaços pelos sentimentos étnicos e tribais, quando irmãs se viraram contra irmãs e irmãos contra irmãos. Professando os mesmos votos e promovendo o mesmo carisma não foi suficiente para proteger algumas comunidades religiosas, assaltadas pelos sentimentos conflituos que tomaram conta da sociedade queniana. O que aconteceu no Quénia dá-nos uma indicação do que acontece em todo o Continente. Nas vésperas do segundo Sinodo sobre a Africa, os Institutos Religiosos em Africa enfrentam o pertinente desafio de como ultrapassar a maldição do tribalismo e, dessa forma, transformar-se num símbolo ou sacramento de uma comunidade reconciliada, uma luz para o resto da

Africa. Este desafio implica uma chamada aos Institutos Religiosos e aos seus membros para assumir de maneira mais concreta o "ministério da reconciliação" em obras e não apenas em palavras (Ibid.nr.42). Isso significa tornar-se um exemplo para o resto da Igreja e da Africa "através do testemunho de suas vidas" (Ibid.) Como o Instrumentum Laboris afirma acertadamente, a paz do mesmo modo que a reconciliação "nascem primeiramente dentro, no interior dos individuos e das comunidades (Ibid. Nr. 47).

O princípio de que aqueles que pregam justiça e paz devem ser vistos como justos e pacíficos, é válido para os religiosos como o é para o resto da Igreja. Não faltam em Africa situações gritantes de flagrante violação dos direitos humanos. No entanto, ao chamar a atenção para esses casos, corremos o risco de não ver os desafios da justiça e da paz para as nossas comunidades religiosas.

Quando se fala de justiça, há um tema que continua a preocupar a Igreja em Africa e, conseqüentemente, as comunidades religiosas: a dignidade das mulheres. Através de toda a Africa milhares de mulheres religiosas proclamam o Reino de Deus em actos concretos de caridade e compaixão. No entanto, a questão permanece: até que ponto a dignidade destas mulheres consagradas é honrada, celebrada e reconhecida na Igreja e na sociedade? O Instr. Laboris admite candidamente que "as mulheres e os leigos em geral não estão totalmente integrados nas estruturas eclesiais no que se refere à responsabilidade e planeamento de programas pastorais" (cf. nrs. 20 e 30). "As mulheres continuam a estar submetidas a diversas formas de injustiça... às mulheres é dado muito frequentemente um papel inferior" (cf. nrs. 59-61 e 117). Para além de admitir tudo isto, a Igreja enfrenta o desafio de traduzir tais expressões de preocupação em actos de justiça e igualdade. Esta constatação convida os Institutos Religiosos a estar na frente mais avançada na promoção da justiça, da dignidade e da paz em favor das mulheres africanas na Igreja e na sociedade. Uma vez que não podemos dar o que não temos, as mulheres e os homens consagrados enfrentam a tarefa da prática da justiça, da igualdade dentro dos seus Institutos e comunidades como testemunhas vivas para a Igreja e para a sociedade africana.

Uma expressão repetida com frequência nos documentos do Sinodo Africano é "sal da Terra" e "luz do Mundo". Surpreendentemente pouco ou nada se diz sobre a questão da Integridade da Criação no Instr. Laboris. Trata-se de uma omissão preocupante. No contexto actual dos debates sobre as mudanças climáticas globais a Igreja e as comunidades religiosas não podem dar-se ao luxo do silêncio, apatia ou indiferença. A globalização colocou a Africa na ponta da depredação da camada de ozono, de desastrosas mudanças climáticas e emissões de carbono não regularizadas. Se a Igreja e as comunidades religiosas permanecem caladas ou indiferentes, como parece ser o caso no Instr. Laboris, até as pedras da Terra gritariam. A missão da

reconciliação, justiça e paz "estende-se a toda a Criação (Ibid. Prefácio). No mundo globalizado de hoje as comunidades religiosas na Africa sentem-se desafiadas a anunciar e interiorizar os principios da eco-justiça, da harmonia com o mundo criado e respeitar a integridade da criação. Tendo em conta os principios anunciados acima, tal integridade da criação requer que se tomem medidas concretas quando os religiosos tratam de usar e consumir os bens da Terra. Até à data há pouca reflexão sobre este tema da integridade do criado e dos desafios que isso põe à vida e missão dos Institutos Religiosos em Africa. A celebração do segundo Sinodo Africano oferece um tempo oportuno para iniciar essa reflexão.

No seu conjunto, os grandes desafios que as comunidades religiosas enfrentam em Africa, em vésperas do Sinodo, implicam importantes tarefas para a formação de homens e mulheres consagrados. Como é que as comunidades religiosas formam os seus membros para viver estes valores da reconciliação, justiça e paz? (Instr. Laboris, nr. 54). Para os consagrados em Africa uma autêntica participação no tema do Sinodo requer uma re-avaliação radical dos seus programas de formação (cf. IL nrs. 126-127). Se se toma a sério, tal avaliação poderia sinalizar uma mudança significativa na forma como se entende a vida religiosa: de um isolamento das grandes preocupações que enfrenta o mundo actual para uma vida consagrada imersa e comprometida nos desafios do mundo globalizado de hoje. Destes desafios a questão da reconciliação, justiça e paz gera imensas possibilidades de acção.

Algumas questões para a reflexão:

- 1. Algumas comunidades africanas praticam diferentes formas de reconciliação. Como podem os Institutos Religiosos em Africa adoptar e adaptar algumas destas práticas de maneira que vivam como comunidades reconciliadas?*
- 2. Quais são alguns indicadores de falta de justiça e respeito pela dignidade humana dentro de Institutos Religiosos em Africa e que passos podem ser dados para se promover uma maior justiça, igualdade e paz dentro das comunidades religiosas?*
- 3. Que passos se podem dar nas comunidades religiosas em ordem a usarem-se energias renováveis e praticar estilos de vida respeitadores do meio-ambiente?*